

Cultura Política no Brasil: O Retorno do Pedido pela Intervenção Militar¹

Matheus Mendanha Cruz²

Resumo: O presente texto tem o início de sua reflexão e sua inspiração no retorno do clamor por uma intervenção militar no Brasil. Este tema ganha vulto após as crises no sistema penitenciário e, também, frente ao medo constatado na insegurança promovida pela onda de crimes ocorridos no Espírito Santo. Com a questão da PM do Espírito Santo, torna à tona a discussão acerca do papel da polícia e, consequentemente, dos militares dentro da sociedade atual. Buscamos fazer essa discussão, conjugando os problemas atuais de falta de segurança, a problemática exposta por Vladimir Safatle (2016) acerca da função do medo, a visão acerca dos militares, o processo de redemocratização e a experiência de 1964 a fim de buscar compreender a onda reacionária que vê nos militares a solução para os problemas nacionais.

Palavras-Chave: Cultura Política do Brasil; Fortalecimento do Militarismo; Medo e Organização da Sociedade.

Political Culture in Brazil: The return of the request for military intervention

Abstract: This text has the begin of its reflection and its inspiration in the return of the request for a military intervention in Brazil. This theme gains attention after the crisis in the penitentiary system and, also, because of the fear found in the insecurity promoted by the crime wave that occurred in Espírito Santo. The question of the military police of Espírito Santo brings up the discussion about the police function and, consequently, of the militaries in current society. We seek to make this thread, combined with the current lack of security, the problems exposed by Vladimir Safatle (2016) about the fear's function, the vision about the militaries, the redemocratization process, the experience of 1964, to understand the reactionary wave that sees in the militaries the solution to the national problems.

¹ Este texto foi escrito nos meados de Fevereiro de 2017.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com experiência de trabalho na rede estadual de ensino de Santa Catarina, na rede estadual de ensino do Paraná e na rede particular da cidade de Ponta Grossa. Integra também o Grupo de Estudo em Didática da História (GEDHI) da UEPG. E-Mail: matheusmcruz@live.com

Key-words: Political Culture of Brazil; Strengthening Militarism; Fear and Organization of Society.

Introdução

O estado do Espírito Santo, no mês de fevereiro de 2017, se viu com problemas sérios referentes à segurança pública e as redes sociais se encheram de posicionamentos quanto a esses eventos. Inclusive um jornal carioca³ colocou frente a frente Marcelo Freixo e Flávio Bolsonaro, que compõem posições diametralmente opostas sobre a questão da polícia militar e seu papel dentro da sociedade. Embora ambos atuem mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, são grandes ícones nacionais nos debates acerca das questões penais e policial-militares.

Freixo é um dos defensores dos Direitos Humanos e da desmilitarização da polícia. Para o deputado estadual do Rio de Janeiro filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), a polícia deveria defender os Direitos Humanos e não ser colocada em contraponto a estes⁴. Também o político defende que a desmilitarização não é o desarmamento, mas sim a unificação de todas as polícias. A consequência disto seria a extinção da característica militar da polícia. Ou seja, Freixo defende que a democracia deve chegar dentro da

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalextra/videos/vb.190833037616321/1517538741612404/?type=2&theater> Acessado em: 11/02/17.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WmWYmIa7bV0> Acessado em: 11/02/17.

corporação e acabar com a forte hierarquização até então existente, que ele atribui como herança da Ditadura Civil-Militar⁵.

Flávio Bolsonaro integra o quadro de deputados estaduais do Rio de Janeiro pelo PSL (Partido Social Liberal). É filho e apoiador do deputado federal Jair Bolsonaro, caracterizado pelas suas falas exaltadas e de apoio ao Regime instalado em 1964, que ele não considera ditadura ou golpe. Flávio não se distancia muito do pai, sendo um dos maiores defensores de ações como a redução da maioria penal, assim como da solução para os problemas de segurança através de ações militares⁶.

Colocamos esse breve histórico desses dois políticos brasileiros para ficar evidenciado o quanto os debates que permeiam as questões militares têm alcançado vulto dentro da nossa sociedade atualmente e como essas discussões estão bastante polarizadas. O jornal que convidou Freixo e Flávio Bolsonaro não o fez de maneira aleatória, pois são ícones da uma esquerda defensora dos direitos humanos e contra a militarização da polícia e de uma direita conservadora e simpática aos militares que vem crescendo no cenário político nacional.

O tema sobre a questão militar no Brasil não morreu com o período da redemocratização. Embora tenha ficado silenciado, atualmente volta à tona e inclusive é possível notar o crescente apoio ao retorno dos Militares ao poder do Brasil. A crescente força dos dois políticos que trabalhamos acima é apenas um dos indicadores de como

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WmWYmIa7bV0> Acessado em: 11/02/17.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MJMCvc0U3a0> Acessado em: 11/02/17.

essa discussão tem se polarizado e tomado conta da sociedade brasileira.

Os problemas ocorridos no Espírito Santo com o movimento das esposas e familiares dos policiais colocam novamente a questão militarista na mesa de debates sobre o Brasil e seus rumos. Por um lado, fica clara a necessidade de melhorias no setor policial e, de certa forma, o discurso pela desmilitarização assume esse papel. Em contrapartida, o discurso de mais militarização também se apresenta como solução, pois, desta maneira, não haveria a insubordinação que os comandantes militares acusam de estar acontecendo e a população estaria, supostamente, mais segura.

No presente trabalho queremos refletir sobre esses problemas de segurança pública na atualidade brasileira, através de aspectos que não foram bem resolvidos e permaneceram pelos acordos que marcaram a redemocratização brasileira. Também queremos pensar o retorno constante de soluções autoritárias à mesa de soluções para os problemas nacionais. Ainda utilizaremos a discussão acerca do papel central que o medo exerce na sociedade, de maneira geral, segundo discute Safatle (2016).

Centralização Militar

Em pronunciamento no dia 11 de fevereiro de 2017 o ministro da Defesa afirma que as forças nacionais continuarão auxiliando o estado enquanto for necessário. Mas é a entrevista coletiva prestada por

André Garcia (secretário estadual de segurança pública), o comandante geral da Polícia Militar e coronel Nylton Rodrigues que nos chama a atenção para a reflexão aqui proposta.

Na Constituição Nacional vigente fica clara a proibição dos militares fazerem greves e se sindicalizarem, além de submeter corpos de bombeiros e polícias militares como forças auxiliares e reservas do Exército nacional. Frente a essa legislação, o coronel Nylton Rodrigues afirma que serão punidos, até mesmo com a expulsão da corporação, os envolvidos nas movimentações, de certa forma, grevistas ocorridas no Espírito Santo.

Jair Krischke (2014) indica que a forma militarizada da polícia é uma herança da ditadura, além de criticar ferrenhamente esse modelo, por não condizer com o período democrático que vivemos atualmente. Também destaca o fato da polícia ser um braço do exército como uma herança que permaneceu na Constituição, assim chamada, cidadã.

Essas discussões perpassam muito ainda pelo que está na Constituição como função da própria polícia, que, por mais que seja estadual e esteja sob as ordens do governador do estado, ainda assim, acaba, em última instância, obedecendo às ordens de generais do Exército.

Essa centralização também é fruto do período em que os militares estiveram à frente do poder. Muito possivelmente o que pesou para essa centralização organizacional foram as experiências em que a força estadual toma partido contra o poder central, como em 1930 com

o apoio a Getúlio Vargas, 1932 na chamada Revolução Constitucionalista e em 1961 com a obediência a Brizola contra o movimento que visava impedir a posse de João Goulart (STEPAN, 1975, p. 18-20). Alfred Stepan (1975, p. 18-20) ainda explica que como os recrutamentos eram, e ainda são, feitos de maneira que os novos soldados sirvam perto de suas casas, ficava muito mais fácil destes tomarem partido ao lado das forças estaduais e locais.

Outro fator também importante para a compreensão desta lógica de centralização é a hierarquia militar. A hierarquia e a disciplina são os principais pilares das polícias militares e das Forças Armadas, segundo a própria Constituição Federal em seu 42º e 142º artigo. Maud Chirio (2012, p. 8) expõe essa lógica quando demonstra o esforço para que apenas os Generais participassem da política, deixando aos demais oficiais e praças apenas a função de seguir as ordens da melhor maneira possível.

Como já vimos anteriormente, a desmilitarização da polícia visa acabar com esse modelo organizacional centralizado e hierarquizado. Mas se os policiais puderem entrar em greve, como se manterá o funcionamento da sociedade? A crise no Espírito Santo mostra um colapso que gerou medo e prejuízo. É sob esse olhar que se mantém a defesa da polícia militarizada.

O Medo

Vladimir Safatle (2016) traz as reflexões de Thomas Hobbes para o presente e demonstra como elas ainda são atuais. *Circuito dos Afetos* é a obra de Safatle em que o filósofo explica a organização da sociedade através de relações de afetos e, para o autor, o afeto político central é o medo.

Hobbes afirmava que o homem é o lobo do próprio homem, deste modo o estado de natureza nos faria viver numa eterna guerra contra nossos semelhantes. Como solução a esse problema Hobbes coloca a monarquia absoluta, aonde todos os homens abrem mão de seus direitos e os colocam sob a guarda de um soberano que julga de maneira desinteressada as causas dos súditos. A este modelo de Estado o filósofo chama de Leviatã, pois seria um Estado orgânico aonde o soberano seria a cabeça.

Gérard Lebrun (1984, p. 36) deixa claro que o impulso para a abdicação dos direitos, segundo Hobbes, naturais em prol de um soberano é a busca por segurança. É claro que a soberania defendida por Hobbes poderia ser exercida por apenas uma pessoa, por uma assembleia ou até mesmo pelo povo, como é o discurso da nossa Democracia Representativa hoje.

Mas, embora hoje tenhamos o governo retoricamente nas mãos do povo, a sensação de medo aflige boa parte da população e, como temos nos atentado aqui, o problema de segurança pública no Espírito Santo é um dos indicadores que comprovam isto. A revista Época, em

um de seus textos, escrito por Hudson Corrêa, entrevista um morador que afirma nunca ter sentido tanto medo antes e que o cenário capixaba parece a guerra na Síria (CORRÊA, 2017). É dentro desse panorama de caos e de explosão de violência que, com o impulso dado pela difusão da mídia, se alastra para lugares além dos envolvidos diretamente, que vivenciamos o aumento de pautas pedindo mais repressão e mais centralização do poder.

Junto à pauta acerca da militarização da polícia vemos outra crescer, de maneira ainda mais forte: a redução da maioridade penal. Pedidos como estes são feitos, provavelmente, devido ao medo que se espalha na nossa sociedade atualmente. O caso da polícia do Espírito Santo se apresenta como a gota d'água num copo já cheio, a demonstração da insegurança e o fortalecimento do discurso de que é apenas através da repressão que os problemas de segurança pública serão solucionados. Ou seja, ganha força a hierarquização e tudo aquilo que os defensores de Direitos Humanos e especialistas acusam como herança do período ditatorial.

A Imagem dos Militares

A insegurança não está apenas nas questões referentes à Segurança Pública, mas também a classe política está cada vez mais desacreditada. Tornou-se comum ouvir as pessoas ligarem política a corrupção e a tratarem como coisa suja. É através dessas inseguranças, dessas incertezas, que o discurso mais truculento ganha força.

A Corporação *Latinobarómetro* (2018)⁷ em seu relatório sobre os dados de 2017 nos oferece alguns indicadores que ajudam a demonstrar as afirmações feitas no parágrafo acima. Dentre os países pesquisados o Brasil é o país que menos aprova o seu presidente da República (Informe 2017, 2018, p. 18-19), o que indica a distância entre os políticos que deveriam representar a população e os cidadãos em si. Além dessa questão do presidente, o Brasil também é o país em que os entrevistados demonstram menos confiança nas pessoas (Informe 2017, 2018, p. 21), demonstrando a falta de fé no outro, consequentemente a ideia de democracia se enfraquece por ser um modelo de governo que, idealmente e etimologicamente, é formado pelo povo.

Com os debates acerca da previdência e de se alterar, ou não, o sistema de aposentadorias do Exército retomou-se, isso fica claro nas redes sociais, uma propaganda da diferenciação dos militares frente aos demais trabalhadores. Esse movimento baseia-se na exaltação da entrega dos soldados por outrem, no caso o Brasil e os brasileiros, como guardiões da segurança nacional para que os demais trabalhadores levem suas vidas normalmente. É possível notar essa defesa no texto de autoria do General Villas Boas (2017), comandante do Exército

⁷ “El estudio Latinobarómetro es producido por la Corporación Latinobarómetro, una ONG sin fines de lucro con sede en Santiago de Chile, que es la única responsable de los datos (...) La medición de 2017 aplicó 20.200 entrevistas, entre el 22 de junio y el 28 de agosto, con muestras representativas del 100% de la población de cada uno de los 18 países, representando a la población de la región, que alcanza 600 millones de habitantes” (Informe 2017, 2018, p. 3).

Brasileiro, publicado no jornal o Estado de São Paulo que tem trechos como:

Na guarda das urnas eleitorais, eis os militares. Nas ações governamentais de defesa civil, nunca nos faltam os militares. Na distribuição de água, no Semiárido nordestino, e no combate ao mosquito *Aedes aegypti* nos deparamos com os militares. Na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, ali estavam os militares. No apoio à população do Haiti, lá nos representam nossos militares.

É importante destacar que é contra esse modelo de organização trabalhista que o movimento de desmilitarização trabalha. Para este movimento os militares, focando na polícia, deveriam ter os mesmos direitos e deveres que os demais trabalhadores têm, alguns acusando de privilégios os direitos dos militares.

Fernando Gabeira (2017) fala da “grande força psicológica” que o Exército tem e que está baseada na “simpatia popular pela instituição”. Não é apenas através dos olhos deste autor que podemos notar o crescimento da simpatia da população pelas Forças Armadas. Os dados do *Latinobarómetro* (Informe 2017, 2018, p. 23) indicam que o Brasil é um dos cinco países pesquisados que mais confiam nas Forças Armadas, cerca de 50% dos entrevistados.

Em meio às inseguranças que já destacamos no presente texto, podemos notar o aumento de pedidos pelo retorno dos militares ao

poder no Brasil⁸. Além da sensibilidade na leitura dos jornais e manifestações nas redes sociais é possível perceber esse crescimento nos dados abaixo.

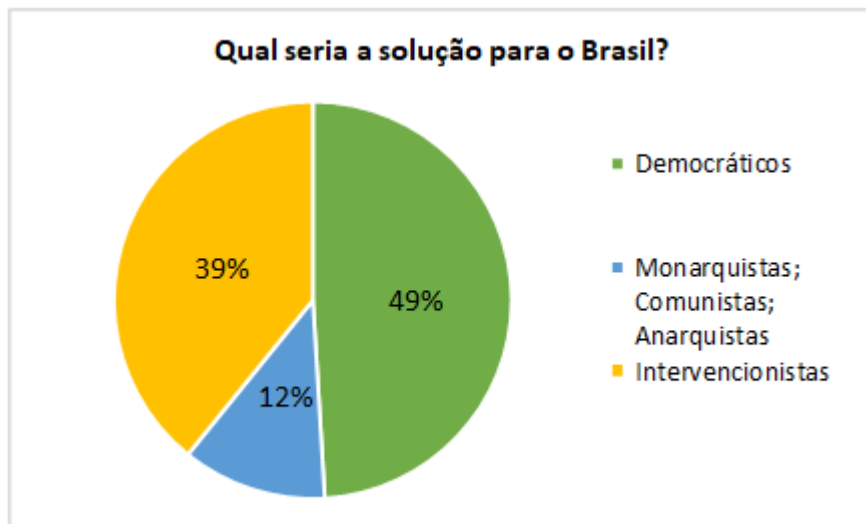


Gráfico 1 - Solução para o Brasil: Categórico⁹

Fonte: o autor

⁸ Um site de notícia nacional publicou em 2015 um vídeo de pessoas em manifestações a favor do impedimento da presidente defendendo que a intervenção militar é melhor do que o que temos na política hoje e também uma notícia, baseada em pesquisa Vox Populi, que demonstra o aumento do apoio à volta do regime instalado em 1964.

Acessado em 27/01/17: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-16/em-protesto-contradilma-manifestantes-pedem-intervencao-militar-veja-o-video.html>

Acessado em 27/01/17: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-28/apoio-a-golpe-militar-cresce-no-brasil-desde-2012-mostra-pesquisa.html>.

⁹ As respostas da questão sobre qual seria a solução para o Brasil foram divididas em: Democráticos, que são os que escolheram as opções de Eleições Gerais Já ou permanência do atual governo até 2018; Intervencionistas, que são os que optaram pelas opções de Implantar uma Ditadura, uma Intervenção Militar e Fechamento da Câmara dos Deputados e Senado; por fim, os que escolheram as opções de Revolução Comunista, Revolução Anarquista ou Entregar o Governo para os herdeiros de D. Pedro II.

Quem seria o seu candidato à presidência da República em 2018?

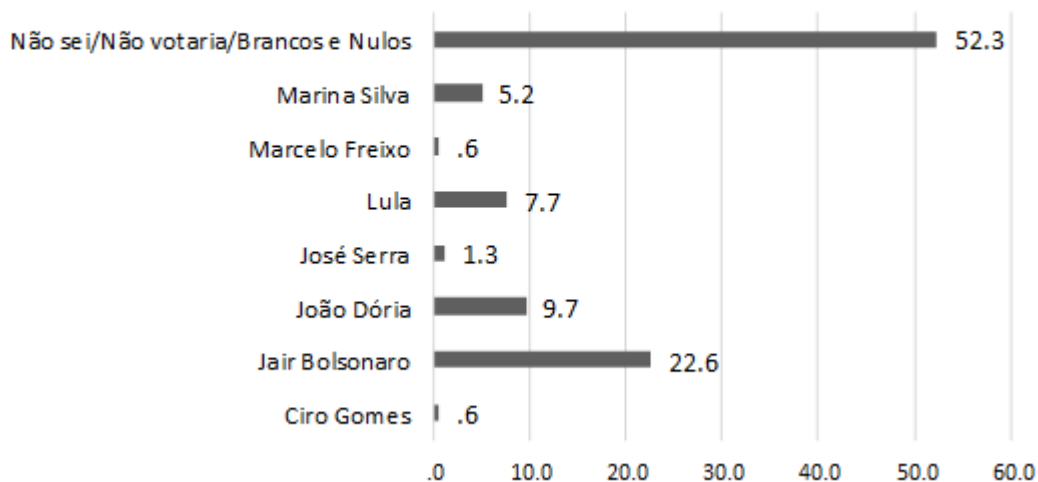


Gráfico 2 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Democráticos
Fonte: o autor

Esses dados foram coletados no ano de 2017, entre vinte e seis de maio e vinte e oito de junho, com jovens que estavam devidamente matriculados e cursando o Ensino Médio. Os números indicam que há uma forte tendência e simpatia entre os jovens entrevistados pelos modelos autoritários, ainda mais por perceber que o candidato mais votado entre os democráticos seria Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que tem sua vida política e seus discursos muito vinculados com o modelo de governo liderado pelos militares e instalado em 1964.

Esse clamor pelo retorno dos militares e de seu modelo de governo se dá pela crescente visão que a população tem do Exército

como *Braço Forte e Mão Amiga*¹⁰, refletindo a autoimagem que os militares têm de si, evidenciada na defesa da manutenção do sistema previdenciário devido às peculiaridades e ao altruísmo que forma o soldado, como verificado no texto supracitado do General Villas Bôas.

A Constituição Federal, no seu artigo 142, corrobora essa visão das Forças Armadas como protetoras da lei e da ordem, além da constitucionalidade. Essas são algumas bases que dão suporte à ideia de uma intervenção militar para suprir essa falta de segurança que vem aumentando na população brasileira.

Entretanto, o próprio site do Senado Federal publicou um texto esclarecendo que a intervenção militar, mesmos nos casos acima referidos, só pode se dar com a ordem do presidente da República, do contrário seria inconstitucional¹¹. Este modelo segue uma lógica hierárquica, afinal o comandante das Forças Armadas é o presidente, sendo ele civil ou militar.

Cultura Política: A relação do Brasil com o Autoritarismo

Por que as saídas propostas em tempos de crises¹² e medo no Brasil costumam ser autoritárias? Essa é uma reflexão importante a ser feita debruçando-se sobre a história do país.

¹⁰ Lema do Exército Brasileiro.

¹¹ Disponível em: <http://senadofederal.tumblr.com/post/91381136797/interven%C3%A7%C3%A3o-militar-para-preservar-a-lei-e-a> Acessado em: 16/02/2017.

¹² O conceito de crise que utilizamos aqui é referente ao proposto por Rüsen (2015, p. 56): “distinção desafiadora entre tempos diferentes no processo de mudança das

A RHBN (Revista de História da Biblioteca Nacional) em abril de 2014 trouxe como dossiê da edição uma análise sobre algumas ditaduras que ocorreram no Brasil. A revista destaca a iniciada em 1889 com Deodoro e continuada por Floriano; 1937 com o golpe de Getúlio inaugurando o Estado Novo; e 1964 com o governo liderado pelos militares.

Esta seleção da revista demonstra a proximidade do Brasil com o modo autoritarista de governar. Podemos ir além das datas estampadas na capa da revista e pensar que o Brasil inaugura-se como país independente sob uma monarquia em que o monarca detinha o Poder Moderador; depois passamos para a República sob as espadas dos Marechais; em 1930 Getúlio chega ao poder; por mais que apenas em 1937 tenhamos traços ditatoriais mais fortes, desde quando toma a presidência ele governa de maneira autoritária e sem considerar leis; em 1945 há fortes tensões na substituição de Vargas; assume, por fim, Dutra, que persegue os comunistas e joga o PCB na ilegalidade; em 1954 outra tensão, devido ao suicídio de Getúlio, que poderia ter *adiantado* o golpe de 1964; em 1961 temos novamente a tentativa de tomada de poder e em 1964 ela se concretiza.

Através dessa listagem, sem problematizar complexamente os devidos contextos, percebemos os traços autoritários que marcam a política nacional, sem contar com as práticas que permeiam os governos, como as chibatadas que resultam na Revolta da Chibata, o

circunstâncias da vida humana”. Desta forma as crises podem estabelecer-se como momentos criadores ou como reacionários.

Voto de Cabresto, a perseguição ao PCB, dentre outras ações que se tornaram comuns, infelizmente, na história do Brasil.

Marilena Chauí (1995, p. 74) defende que o autoritarismo não é apenas periódico na história do Brasil, mas, pelo contrário, é a própria estrutura da sociedade brasileira. Devido a isto as soluções acabam por apontar sempre para a dependência de um Executivo forte capaz de sanar as dificuldades da nação.

Em Bobbio (1995, p. 44-45) é possível perceber que existe uma lógica de retorno de determinados modelos de governo pelo mundo, pois com o fim da URSS pensara-se que o comunismo estava extinto - não está; com o fim do nazi-fascismo, julgou-se que as posições de extrema-direita estariam acabadas - não estão; trazendo para o Brasil, com o fim do período ditatorial mais recente (1964-1985), pensara-se que está sepultado o autoritarismo liderado pelos militares conservadores - como vimos, não está. Isso se dá, principalmente, devido a essa estrutura autoritária que ainda se perpetua na sociedade brasileira.

1964 e a Redemocratização

Em uma análise diacrônica, podemos notar que em 1964, quando os militares chegaram ao poder, apoiados por uma parte da sociedade civil, o discurso que sobressaiu defendendo o movimento foi o da legalidade e constitucionalidade. Inclusive, como chama a atenção Sônia Silva (2008, p. 119), traçando comparativos com a denominada

Revolução Constitucionalista de 1932 por meio da legitimidade dada pela defesa constitucional. Este discurso está baseado nas cláusulas constitucionais que estavam vigentes à época e que datam desde 1889, de que os militares deveriam obedecer ao presidente e preservar a lei e a ordem interna do país (STEPAN, 1988, p. 543).

Através desta reflexão é possível enxergar as continuidades que permeiam o imaginário acerca das Forças Armadas no Brasil, tanto dentro dos quartéis como na sociedade civil. O que chama a atenção é que o discurso vencedor após a redemocratização é o que chancela aos militares uma fama ruim, principalmente ligada às torturas. Esse viés do regime acaba se sobressaindo devido à força que os testemunhos dos integrantes da luta armada de esquerda ganham com a Anistia (VASCONCELOS, 2009, p. 72). A consequência disto é o afastamento dos civis que ajudaram a sustentar a ditadura, caracterizando-a unicamente como militar, permitindo que os políticos da ARENA, principalmente, permanecessem na vida pública nacional sem sofrer sérios danos à sua imagem.

Esse processo praticamente blinda os militares dos erros administrativos, principalmente quanto à corrupção. Em suma, os militares saíram com a imagem manchada pela tortura e os excessos autoritários, mas intocáveis quanto à questão moral ligada à corrupção. Entretanto, os civis, de maneira geral, não estão ligados, tendo por base os discursos ligados à memória construída, a esses excessos

autoritários, mas têm seus nomes, como Maluf e Sarney, diretamente ligados a problemas de corrupção.

Esse é mais um dos problemas referentes à redemocratização altamente conciliadora que tivemos no Brasil, sem permitir a discussão mais profunda e que possibilitaria um amadurecimento. Emir Sader (1990) dedica um livro para demonstrar o quão conciliador foi o processo de passagem do período em que os militares estiveram à frente do governo até a eleição de Collor, não permitindo o sepultamento de discursos falsos e deixando a memória nacional repleta de meias verdades, como o Milagre Econômico e a Luta por Democracia da maioria das Guerrilhas.

Stepan (1988, p. 523) faz um estudo comparativo entre Brasil, Espanha, Uruguai e Argentina e comprova que no Brasil e na Espanha "os orçamentos militares de ambos os países decaíram na década que antecedeu a democratização, e aumentaram de modo significativo - e sem sérios conflitos - no período da pós-democratização". Essa conclusão nos permite ter noção de quão tutelada foi a passagem a um regime democrático no Brasil.

Arturi (2001, p. 11-12) chega a afirmar que o "processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes". Esse controle por parte dos militares acaba também por impedir um maior debate das políticas empregadas durante os 21 anos em que eles estiveram à frente do Estado brasileiro (SOUZA, 1988, p. 566). Essa falta de debate dificulta

o exorcismo do passado, fazendo com que ele permaneça entre os vivos não-sepultado, não como passado, mas como presente.

Uma das consequências é que, mesmo após o fim do governo liderado pelos militares, parte dos políticos civis que estiveram na base dos ditadores buscando legitimar esse modelo de governo autoritário continuaram suas vidas políticas e participando da *Redemocratização* do país. Souza (1988, p. 570) destaca que "nada menos que 217 dos 559 constituintes atuais tiveram passagem pela legenda que apoiou o autoritarismo antes de 1980". Essa manutenção só foi possível devido ao fato de o processo de redemocratização brasileira ter entre suas características centrais “o fato de ser desenvolvido através de negociações sob forte controle dos dirigentes autoritários” (ARTURI, 2001, p. 17).

Contra os ataques quanto à questão da tortura, os militares se defendem afirmando que é justificada pela subversão e que ambos os lados envolvidos foram além dos limites (MARTINS FILHO, 2003, p. 10). Esse discurso acaba por, atualmente, fortalecer a imagem dos militares, pois num período de total insegurança eles *poderiam trazer segurança*, num período de tanta corrupção eles seriam *íntegros*. Esse discurso ganha mais força porque os que lutaram contra os militares durante o regime ditatorial estão há anos no poder e trouxeram o Brasil para a situação de medo que se impõe hoje. A leitura do senso comum será, basicamente, esta.

Dentro de todo esse contexto, o enfraquecimento e as mostras claras do comprometimento grave das instituições nacionais com a corrupção reforçam a imagem das Forças Armadas como justas, íntegras e responsáveis pela constitucionalidade do país. Desta maneira os militares tornam a aparecer, para setores da sociedade civil, como uma opção oposta à situação marcadamente decadente da política nacional.

Representação, Cooptação e o clamor pelo Autoritarismo

Nashla Dahás (2014), que foi a responsável por organizar o dossiê a respeito dos regimes autoritários do Brasil para a RHBN, destaca que:

De Direita ou de Esquerda, sob estados de exceção ou sob vigência de Constituições consideradas legítimas, a tirania configura-se toda vez que um governante monopoliza para si o direito de ação política, toda vez que coíbe os cidadãos de atuação na esfera pública, relegando sua participação ao dia eleição.

Para além da díade clássica direita e esquerda, Schwartzman, em seu texto *Representação e Cooptação Política no Brasil*, nos apresenta a oposição entre Representação e Cooptação. Representação se caracteriza pela presença maior do povo no cenário político, com uma organização construída de baixo pra cima. Já Cooptação é o avesso, é a organização política de cima para baixo, não sendo a força medida pelo apoio popular, mas pelo que tem a oferecer em negociações.

Esse binômio nos auxilia a pensar, de maneira mais complexa, a cultura política nacional. Se olharmos para a história do Brasil podemos perceber que ela é marcada por grupos oligárquicos que dominam a política, transformando-a, muitas vezes, em meio de alcançar interesses pessoais. A hipótese que sustentamos aqui é que isto ocorra continuamente, como está ocorrendo hoje e fica claro através dos processos da Lava-Jato, por exemplo, no Brasil devido a ausência de rompimentos.

Já trabalhamos aqui o processo de redemocratização, mas não foi apenas este que não permitiu um debate mais amadurecido e uma mudança mais profunda. Podemos notar as mesmas negociações e permanências na Independência, na passagem para a República, com Getúlio, com Dutra, dentre outros exemplos.

Outro fator importante a ser destacado é que nesses momentos de crise, que poderiam oferecer oportunidade de modificação mais profunda, instalam-se no poder governos autoritários que fazem a passagem e as modificações de maneira a privilegiar as classes poderosas e a organização forte do Estado em detrimento da maioria da população. Quanto à redemocratização, por mais que Sarney não tenha sido um ditador, a sua figura foi eleita na chapa de Tancredo de maneira indireta, não abrindo à democracia ampla após a saída do último general do poder.

A organização, ou reorganização, do Estado através da representatividade acaba gerando discussões e tensões que demonstram

as fraquezas e oportunizam novas saídas. Entretanto, a saída pelo viés autoritário se torna, de certa maneira, menos trabalhosa, pois alguém, ou alguma instituição, assume o poder sem que haja as tensões naturais da vivência democrática. Permanecendo, assim, um Estado organizado em torno da Cooptação, sem a construção de uma base democrática, consequentemente, sem representatividade da população no governo.

Quando notamos os pedidos atuais de um retorno a um regime autoritário, conseguimos perceber o papel do medo e de como essa cultura política nacional se aplica a esses movimentos. O sistema político em vigência no Brasil é o principal culpado pela corrupção, mas a discussão não chega a esse nível, na maioria das vezes. A população, de maneira geral, prefere abrir mão de seus direitos para que outros resolvam os problemas, sem que haja grandes fissuras, deste modo, o poder se perpetua através da cooptação.

O processo que torna os militares uma opção dentro do contexto atual é interessante. Há cerca de cinco anos era praticamente impossível ver alguém defendendo o regime que o Exército liderou; os que assim o faziam não tinham tanto espaço, muito menos na mídia. Entretanto, com o crescente problema de corrupção que se avolumou no Brasil, a ligação cada dia mais forte entre o PT e o comunismo e a sensação geral de insegurança, discursos que estavam silenciados, circulando escondidos em relações próximas apenas, ganham força e ressurgem como opção redentora da moral e da organização do país.

Um dos indicadores desse movimento é a fama ascendente de Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ). Bolsonaro é deputado federal desde 1991 e defende o período em que os militares estiveram à frente do governo. O verbete dedicado ao político no CPDOC-FGV¹³ demonstra que as questões polêmicas envolvendo o deputado vêm de muitos anos; a diferença é que atualmente ele tem sido tratado e representado em redes sociais como *Pop Star*, representando o anseio de parte da população por medidas moralistas com clamor autoritário.

O papel que Jair Bolsonaro tem cumprido se aproxima muito da carreira política de outro personagem: Carlos Lacerda. Lacerda foi um dos principais articuladores do 31 de Março/1º de Abril de 1964 e anticomunista ferrenho. Foi um dos principais vetores de difusão da chamada ameaça comunista e arrebanhou militares como discípulos; entretanto, após a tomada de poder em 1964 e o fechamento do regime se viu acuado e sem rumo; perdendo a sua base, acabou por perder até seus direitos políticos (CHIRIO, 2012, p. 106-113).

Esses personagens encarnam a periodicidade de heróis que permeiam a história do Brasil¹⁴. Nesse sentido, parece que o Brasil está sempre à espera de notáveis que resolvam seus problemas. Dessa maneira, esse personalismo acaba favorecendo o autoritarismo que marca muito claramente a construção da Cultura Política nacional.

¹³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jair-messias-bolsonaro> Acessado em: 15/02/2017.

¹⁴ Na história recente poderíamos citar muitos outros que encarnam, uns mais do que outros, esse papel de grande líder, cumprindo assim um papel messiânico de salvador. Destacamos aqui: Moro, Lula, Joaquim Barbosa, Eduardo Cunha, etc.

Considerações Finais

Os problemas referentes à segurança pública, bem como a crise do sistema penitenciário e ações que comprovam envolvimento de políticos em corrupção, são alguns dos fatores que levam a sociedade a pedir e procurar alguma solução.

Destacamos aqui os pedidos por intervenção militar e refletimos sobre os processos autoritários e como estes ganham força e espaço através do medo. No caso brasileiro, hoje, esse medo, a insegurança, tem apontado para o ressurgimento de clamores em prol de uma intervenção militar que, hipoteticamente, seria a salvação do país. A dinâmica da construção desse pensamento é a imagem que ficou dos militares de íntegros, o que projeta um horizonte positivo dos governos deles¹⁵.

A política e a sociedade brasileira foram construídas de modo centralizado, o que favorece que, em momentos de crise, as soluções propostas sejam voltadas para o personalismo e o autoritarismo. Além disso, é importante inserir o Brasil no mundo contemporâneo, em que as posições de direita voltam a assumir posição importante no debate. É possível perceber essa ascensão da direita mais extrema através da força que nomes como Marine Le Pen tiveram nas eleições francesas, a eleição de Trump nos EUA e a chegada do Partido Alternativa para Alemanha.

¹⁵ Lógica baseada em Koselleck (2006) em seu texto sobre Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa.

O texto que aqui apresentamos não teve a pretensão de encerrar o debate, mas apresentar uma contribuição que ajuda a refletir sobre a crise que afeta a confiança na democracia e a desvalorização de saídas organizadas de baixo para cima, dentro de um modelo representativo, em prol de uma saída autoritária e centralizadora, continuidade do modelo de cooptação que tem permanecido na política nacional do Brasil.

Referências:

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, p. 11-31, novembro 2001.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 2013.

CHAUÍ, M. Cultura Política e Política Cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CHIRIO, M. **A Política nos Quartéis**: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORRÊA, H. A vida sem lei no Espírito Santo. **Época**, 10 Fevereiro 2017.

DAHÁS, N. Imagem de Capa. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 103, p. 4, Abril 2014.

GABEIRA, F. Uma Leitura das Ruas. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/uma-leitura-das-ruas/>>. Acesso em: 14 Fevereiro 2017.

Informe 2017. Corporación Latinobarómetro. Buenos Aires, 2018.

KOSELLECK, R. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa. In: _____. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

KRISCHKE, J. A Polícia Militar é uma invenção da ditadura. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2014. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/28962/>>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

LEBRUN, G. **O que é o Poder**. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1984.

MARTINS, FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 2003. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/lasa2003/filhojoaorobertomartins.pdf>.

RÜSEN, J. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADER, E. **A Transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SAFATLE, V. **Circuito dos Afetos**: Corpos Políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SCHWARTZMAN, S. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm>>. Acesso em: 31 Janeiro 2017.

SILVA, S. M. D. M. 1964, o ano de uma notícia indelével: a construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-125, 2008.

SOUZA, M. D. C. C. D. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

STEPAN, A. **Os Militares na Política**. São Cristóvam - RJ: Artenova, 1975.

STEPAN, A. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

VASCONCELOS, C. B. D. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 65-84, 2009.

VILLAS BÔAS, E. D. D. C. A Nação e seus Militares. **Jornal O Estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-nacao-e-seus-militares,70001652450>

Recebido em 21/02/2017, aceito para publicação em 16/05/2018